

“A política externa de Biden é em boa medida indistinguível da de Trump”. Entrevista com Noam Chomsky

Via [Sin Permiso](#)

Os movimentos de política interna do Presidente Joe Biden, especialmente na frente econômica, são bastante encorajadores e oferecem muita esperança para um futuro melhor. O mesmo não pode ser dito da agenda de política externa da administração, como revelam os penetrantes insights e astuciosas análises de Noam Chomsky nesta entrevista exclusiva com C.J. Polychroniou para a Truthout [publicada no final de março passado]. Chomsky, um intelectual público de renome mundial, é Professor Emérito do MIT e Professor Laureado de Linguística da Universidade do Arizona. A entrevista foi ligeiramente editada para maior clareza e espaço.

C. J. Polychroniou: Noam, depois de dois meses na Casa Branca, a agenda da política externa de Biden começa a tomar forma. Que sinais existem até agora de como a administração Biden pretende enfrentar os desafios à hegemonia colocados por seus principais rivais geopolíticos, a saber, a Rússia e a China?

O desafio à hegemonia americana colocado pela Rússia e, acima de tudo, pela China tem sido uma questão importante no discurso da política externa já há algum tempo, com um acordo persistente sobre a gravidade da ameaça.

A questão é claramente complexa. Uma boa regra geral é olhar com ceticismo quando há um acordo geral sobre alguma questão complexa. E isto não é exceção.

O que geralmente descobrimos, penso eu, é que a Rússia e a

China às vezes impedem as ações americanas destinadas a impor sua hegemonia global em regiões de sua periferia [da Rússia e da China] que são de particular preocupação para eles. Podemos nos perguntar se eles se justificam ao tentar limitar o poder americano esmagador desta forma, mas isso está longe de ser entendido como tal desafio é comumente entendido: como um esforço para deslocar o papel global dos Estados Unidos na sustentação de uma ordem internacional liberal, baseada em regras, por novos centros de poder hegemônico.

A Rússia e a China realmente desafiam a hegemonia americana da forma comumente entendida?

A Rússia não é um dos principais atores do cenário mundial, além de sua força militar, que é um resíduo (muito perigoso) de seu status anterior. Em princípio, ela não pode nem mesmo se comparar com os EUA em escopo e influência.

A China tem experimentado um crescimento econômico espetacular, mas ainda está longe de se aproximar do poder dos EUA em quase todas as dimensões. Continua sendo um país relativamente pobre, classificado em 85º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano, entre o Brasil e o Equador. Os Estados Unidos, embora não estejam no topo por causa de seu fraco histórico de bem-estar social, estão bem acima da China. Em força militar e alcance global (bases, forças em combate ativo) não há comparação, as multinacionais sediadas nos EUA possuem metade da riqueza do mundo e são as primeiras (às vezes as segundas) em quase todas as categorias. A China está muito atrasada. A China também enfrenta sérios problemas internos (ecológicos, demográficos, políticos). Os EUA, ao contrário, desfrutam de vantagens domésticas e de segurança inigualáveis em qualquer outro lugar.

Considerar sanções: um importante instrumento de poder global para um país da Terra: os EUA. Se você os desobedece, está sem sorte. Você pode ser bloqueado fora do sistema financeiro mundial, ou pior. É o mesmo para onde quer que olhemos. Se

olharmos a história, encontramos os ecos habituais dos conselhos do senador Arthur Vandenberg de 1947 ao presidente para “lançar o medo nos corações do povo americano” se ele quisesse chicoteá-los num frenesi de medo sobre a ameaça russa de tomar o mundo. Seria necessário ser “mais claro do que a verdade”, como explicou Dean Acheson, um dos criadores da ordem do pós-guerra. Ele estava se referindo ao NSC-68 de 1950, um documento fundador da Guerra Fria, desclassificado décadas depois. Sua retórica ainda ressoa hoje, de uma forma ou de outra, em relação à China.

O NSC-68 exigiu um enorme acúmulo militar e a imposição de disciplina em nossa sociedade perigosamente livre para que possamos nos defender contra o “estado escravo” com seu “propósito implacável... de eliminar o desafio à liberdade” em todos os lugares, estabelecendo “poder total sobre todos os homens [e] autoridade absoluta sobre o resto do mundo”. E assim por diante, em um fluxo impressionante.

A China enfrenta o poder americano... no Mar do Sul da China, não no Atlântico ou no Pacífico. Há também um desafio econômico. Em certos campos, a China é líder mundial, especialmente em energia renovável, onde está bem à frente de outros países, tanto em volume quanto em qualidade. É também a base mundial de fabricação, embora os lucros vão em grande parte para outros lugares, para gerentes como o Foxconn de Taiwan ou para investidores da Apple, que dependem cada vez mais dos direitos de propriedade intelectual, os exorbitantes direitos de patentes que são parte central dos acordos de “livre comércio” altamente protecionistas.

A influência global da China está certamente se espalhando em investimentos, comércio, aquisição de instalações (como a administração do principal porto de Israel). É provável que essa influência se espalhe, se continuar com o fornecimento de vacinas a preços de custo, em comparação com o estoque de vacinas do Ocidente e sua tentativa de impedir a distribuição de uma “Vacina Popular” para proteger as patentes e os lucros

das grandes empresas. A China também está fazendo progressos substanciais em alta tecnologia, para consternação dos EUA, que estão tentando impedir seu desenvolvimento.

É bastante estranho ver tudo isso como um desafio à hegemonia dos EUA.

A política dos EUA poderia contribuir para criar um desafio mais sério através de atos hostis e de confronto que empurrem a Rússia e a China a se unirem mais em reação. De fato, é isso que tem acontecido sob Trump, e nos primeiros dias de Biden, embora Biden tenha respondido no último minuto ao chamado da Rússia para renovar o tratado de limitação de armas nucleares New START, salvando o único elemento importante do regime de controle de armas que havia escapado do trabalho de demolição de Trump.

Claramente, o que é necessário são negociações e diplomacia em questões contestadas, e cooperação real em questões cruciais como aquecimento global, controle de armas e futuras pandemias, todas crises muito graves que não conhecem fronteiras. Se a equipe de falcões de política externa de Biden terá o bom senso de avançar nessa direção não é claro na melhor das hipóteses e assustador na pior das hipóteses. Na ausência de uma pressão popular significativa, as perspectivas não parecem boas.

Outra questão que exige atenção popular e ativismo é a política de proteger a hegemonia, procurando prejudicar potenciais rivais, mais publicamente no caso da China, mas também em outros lugares, às vezes de forma difícil de acreditar.

Um exemplo notável está enterrado no Relatório Anual 2020 do Departamento de Saúde e Serviços Humanos, que seu secretário, Alex Azar, tem a honra de apresentar. Na subseção “Combate às Influências Malignas nas Américas”, o relatório discute os esforços do Escritório de Assuntos Globais (OGA) do

Departamento para mitigar os esforços daqueles Estados, incluindo Cuba, Venezuela e Rússia, que estão trabalhando para aumentar sua influência na região, em detrimento da segurança e proteção dos EUA. A OGA coordenou com outras agências governamentais americanas para fortalecer os laços diplomáticos e oferecer assistência técnica e humanitária para dissuadir os países da região de aceitar a ajuda desses estados desonestos. Exemplos incluem o uso do escritório do Adido de Saúde da OGA para persuadir o Brasil a rejeitar a vacina russa COVID-19 e oferecer assistência técnica do CDC [Centro de Controle de Doenças], em vez de o Panamá aceitar uma oferta de médicos cubanos.

Em meio a uma pandemia em fúria, de acordo com este relatório, devemos bloquear iniciativas maléficas que ajudariam as infelizes vítimas.

Com a grotesca má administração do Presidente Jair Bolsonaro, o Brasil tornou-se uma história de horror global por sua incapacidade de lidar com a pandemia, apesar de seus notáveis institutos de saúde e seu bom histórico, no passado, de vacinações e tratamentos. Sofre de uma grave carência de vacinas, tanto que os EUA se orgulham de seus esforços para impedi-los de usar a vacina russa, que as autoridades ocidentais reconhecem ser comparável às vacinas Moderna e Pfizer que usamos aqui.

O que é ainda mais surpreendente, como comenta o autor deste artigo no Brasil Wire, sediado na UE, é “que os EUA dissuadiram o Panamá de aceitar médicos cubanos, que têm estado na linha de frente globalmente contra a pandemia, trabalhando em mais de quarenta países”. Devemos proteger o Panamá da “má influência” do único país do mundo que mostra o tipo de internacionalismo necessário para salvar o mundo do desastre, um crime que deve ser evitado pelo poder hegemônico global.

A dedicação histórica de Washington para esmagar Cuba desde os

primeiros dias de sua independência em 1959 constitui um dos fenômenos mais extraordinários da história moderna, mas, em resumo, o grau de sadismo é uma surpresa constante.

Quanto ao Irã, também não parece haver sinais de esperança, com a administração Biden nomeando Richard Nephew, arquiteto de sanções sádicas contra o Irã sob Barack Obama, como enviado adjunto do Irã. Certo ou errado?

Biden adotou a agenda do Trump no Irã praticamente inalterada, mesmo em retórica. Vale a pena lembrar dos fatos.

Trump rescindiu a participação americana na JCPOA (o acordo nuclear), violando a Resolução 2331 do Conselho de Segurança da ONU, que obriga todos os Estados a se submeterem à JCPOA, e violando os desejos dos outros signatários. Em uma impressionante demonstração de poder hegemônico, quando os membros do Conselho de Segurança da ONU insistiram em manter o 2331 e não expandir as sanções da ONU, o Secretário de Estado Mike Pompeo enviou-lhes um embrulho: Renovem vocês as sanções. Trump impôs novas sanções extremamente duras que todos os outros são obrigados a cumprir, com o objetivo de causar o máximo sofrimento aos iranianos, para que o governo possa ceder e aceitar sua exigência de que a JCPOA seja substituída por um novo acordo que impõe restrições muito mais duras ao Irã. A pandemia ofereceu novas oportunidades para torturar os iranianos, privando-os da ajuda desesperadamente necessária.

Além disso, é responsabilidade do Irã dar os primeiros passos em direção às negociações nas quais capitula às exigências, pondo fim às ações que tomou em reação à criminalidade de Trump.

Como já discutimos anteriormente, há mérito na exigência de Trump de que o JCPOA possa ser melhorado. Uma solução muito melhor é estabelecer uma zona livre de armas nucleares (ou uma zona livre de armas de destruição em massa) no Oriente Médio. Há apenas um obstáculo: não será permitido pelos EUA, que

vetam a proposta toda vez que ela for apresentada em fóruns internacionais, como visto muito recentemente no caso do Presidente Obama. A razão é bem compreendida: é necessário proteger o importante arsenal de Israel contra inspeções. Os Estados Unidos nem sequer reconhecem formalmente sua existência. Fazer isso prejudicaria a enorme enchente de ajuda americana a Israel, que pode ser disputada se violar as leis americanas, uma porta que nenhum dos partidos políticos quer abrir. É outra questão que nem sequer será discutida, a menos que a pressão popular a torne impossível de suprimi-la.

No discurso norte-americano, Trump é criticado com o argumento de que sua política de torturar os iranianos não conseguiu fazer com que seu governo capitulasse. Essa posição lembra os enormes elogios de Obama aos passos de relações limitadas com Cuba, pois, como ele explicou, precisamos de novas táticas depois que nossos esforços para levar a democracia a Cuba fracassaram: a saber, uma guerra terrorista implacável que quase levou à nossa extinção na crise dos mísseis de 1962 e sanções de crueldade sem paralelo condenadas unanimemente pela Assembleia Geral da ONU (exceto Israel). Da mesma forma, nossas guerras na Indochina, os piores crimes desde a Segunda Guerra Mundial, são criticados como um “fracasso”, como é o caso da invasão do Iraque, um exemplo do “supremo crime internacional” pelo qual os criminosos de guerra nazistas foram enforcados.

Estas estão entre as prerrogativas de um poder verdadeiramente hegemônico, imune às gargalhadas de forasteiros e dependente do apoio daqueles que um crítico áspero uma vez chamou de “rebanho de mentes independentes”, o grosso da classe educada e da classe política.

Biden adotou todo o programa do Trump sem alterações. E para piorar a situação, ele nomeou Richard Nephew como adjunto do enviado ao Irã. Nephew explicou sua visão em seu livro A Arte das Sanções, no qual ele delineia a “estratégia adequada para aumentar o sofrimento com cuidado, metódica e efetivamente

naquelas áreas que apresentam vulnerabilidades, evitando as que não as apresentam". A escolha certa para a política de torturar os iranianos, porque o governo que a maioria deles despreza não se curva às exigências de Washington.

A política do governo americano em relação a Cuba e Irã fornece uma visão valiosa sobre como o mundo funciona sob o domínio de uma potência imperial.

Desde que se tornou independente em 1959, Cuba tem sido submetida à violência e tortura incessantes por parte dos Estados Unidos, que atingiram níveis de verdadeiro sadismo, quase sem uma palavra de protesto por parte de setores da elite. Felizmente, os EUA são um país desacostumadamente livre, por isso temos acesso a registros desconfidencializados que explicam a ferocidade dos esforços para punir os cubanos. O crime de Fidel Castro, explicou o Departamento de Estado nos primeiros anos, é seu "desafio bem sucedido" à política dos EUA desde a Doutrina Monroe de 1823, que estabeleceu o direito de Washington de controlar o hemisfério. Claramente são necessárias medidas severas para reprimir tais esforços, como qualquer Don da Máfia bem entenderia, e a analogia da ordem mundial com a Máfia é consideravelmente merecida.

Muito do mesmo tem acontecido com o Irã desde 1979, quando uma revolta popular derrubou o tirano instalado nos EUA em um golpe militar que deixou o país sem seu regime parlamentar. Israel tinha tido relações estreitas com o Irã durante os anos da tirania do Xá e das violações extremas dos direitos humanos e, como os EUA, ficou consternado com sua derrocada. O embaixador de facto de Israel no Irã, Uri Lubrani, expressou sua convicção "firme" de que a revolta poderia ser subjugada e o Xá repostado "com uma força relativamente pequena, determinada, impiedosa e cruel. Quero dizer, os homens que lideram essa força terão que estar emocionalmente sintonizados com a possibilidade de terem que matar dez mil pessoas".

As autoridades americanas estavam muito de acordo. O

Presidente Carter enviou o General da OTAN Robert E. Huyser ao Irã para tentar convencer os militares iranianos a assumir a tarefa, uma hipótese confirmada por documentos internos que vieram à tona recentemente. E eles a rejeitaram, considerando-a impossível. Logo depois, Saddam Hussein invadiu o Irã, um ataque que matou centenas de milhares de iranianos, com o total apoio da administração Reagan, até que Saddam recorreu a armas químicas, primeiro contra os iranianos, depois contra os curdos iraquianos nas atrocidades de Halabja. Reagan protegeu seu amigo Hussein atribuindo os crimes ao Irã e bloqueando a censura congressional. Ele então passou a ter total apoio militar para Hussein com as forças navais no Golfo. Um navio americano, o USS Vincennes, abateu um avião comercial iraniano em espaço aéreo claramente sinalizado, matando 290 pessoas, e retornou à sua base, onde foi recebido em grande estilo, e onde seu comandante e o oficial de vôo que havia dirigido a destruição do avião comercial receberam a Medalha de Honra.

Percebendo que não podia combater os EUA, o Irã efetivamente capitulou. Washington passou então a aplicar sanções severas contra o Irã, enquanto recompensava Hussein de uma forma que aumentava acentuatadamente as ameaças ao Irã, que acabava de sair de uma guerra devastadora. O Presidente Bush convidou engenheiros nucleares iraquianos para os EUA para treinamento avançado na produção de armas nucleares, o que não foi pouco para o Irã. Ele insistiu na ajuda agrícola que Hussein precisava desesperadamente após destruir áreas agrícolas férteis com seu ataque com armas químicas contra os curdos iraquianos. Ele enviou uma missão de alto nível ao Iraque, chefiada pelo líder republicano do Senado Bob Dole, mais tarde candidato à presidência, para prestar seus respeitos a Hussein, assegurar-lhe que comentários críticos contra ele na Voice of America [estação de propaganda de rádio dos EUA] seriam moderados, e aconselhar Hussein a ignorar comentários críticos na imprensa, que o governo dos EUA não poderia impedir.

Isto aconteceu em abril de 1990. Alguns meses depois, Hussein desobedeceu (ou entendeu mal) as ordens e invadiu o Kuwait. E então tudo mudou.

Quase tudo isso. A punição do Irã por seu “desafio de sucesso” continuou, com severas sanções, e novas iniciativas do Presidente Bill Clinton, que emitiu ordens executivas e assinou legislação do Congresso impondo sanções aos investimentos no setor petrolífero, a base de sua economia. A Europa se opôs, mas não tinha como evitar as sanções extraterritoriais dos EUA.

As empresas americanas também sofreram. Um especialista em Oriente Médio na Universidade de Princeton, Seyed Hossein Mousavian, ex-porta-voz dos negociadores nucleares iranianos, informa que o Irã ofereceu um contrato multimilionário à empresa americana de energia Conoco. A intervenção de Clinton bloqueando o acordo fechou uma oportunidade de reconciliação, um dos muitos casos analisados por Mousavian.

As ações de Clinton faziam parte de um padrão geral, um padrão incomum. Normalmente, especialmente em questões energéticas, a política está em conformidade com os comentários de Adam Smith sobre a Inglaterra do século 18, na qual os “mestres da humanidade”, proprietários da economia privada, são os “principais arquitetos” da política governamental, e agem para assegurar que seus interesses estejam em primeiro lugar, não importa o quão “doloroso” seja o efeito sobre os outros, incluindo o povo da Inglaterra. As exceções são raras, e instrutivas.

Cuba e Irã são duas notáveis exceções. Existem grandes interesses comerciais (farmacêuticos, energia, agronegócios, aviação e outros) que têm estado dispostos a entrar nos mercados cubano e iraniano e fazer negócios com empresas iranianas. O poder do Estado proíbe tais medidas, decidindo contra os interesses paroquiais dos “mestres da humanidade” e em favor do objetivo transcendente de punir os desafios bem

sucedidos.

Há muito a dizer sobre essas exceções à regra, mas isso nos levaria longe demais.

A divulgação do relatório sobre o assassinato de Jamal Khashoggi decepcionou quase todos, exceto a Arábia Saudita. Por que a administração Biden faz uma abordagem branda à Arábia Saudita e ao príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman, especialmente, algo que levou Nicholas Kristof, colunista do New York Times, a escrever que “Biden ... deixou o assassino escapar”?

Não é difícil de adivinhar. Quem quer ofender um aliado próximo e poder regional que o Departamento de Estado descreveu durante a Segunda Guerra Mundial como “uma formidável fonte de poder estratégico, e um dos maiores prêmios materiais da história do mundo ... provavelmente o prêmio econômico mais rico no campo do investimento estrangeiro”. O mundo mudou em muitos aspectos desde então, mas o raciocínio básico permanece válido.

Biden havia prometido que, se eleito, reduziria os gastos de Trump com armas nucleares e que os EUA não dependeriam de armas nucleares para a defesa. Existe uma chance de vermos uma mudança dramática na estratégia nuclear americana com uma administração Biden, pela qual o uso dessas armas se torna consideravelmente menos provável?

Somente em termos de custo, este é um objetivo que deve estar no topo da agenda para qualquer um que queira ver o tipo de programas domésticos que o país precisa desesperadamente. Mas as razões vão muito além disso. A atual estratégia nuclear apela para a preparação da guerra, ou seja, uma guerra nuclear terminal... com a China e a Rússia.

Devemos nos lembrar de uma observação de Daniel Ellsberg: as armas nucleares são usadas constantemente, muito na forma como um assaltante usa uma arma para apontar para um lojista e

dizer: “A bolsa ou sua vida”. Esse princípio está de fato consagrado como política em um importante documento de 1995: “Post-Cold War Deterrence Fundamentals” pelo Comando Estratégico de Clinton (STRATCOM). O estudo conclui que as armas nucleares são indispensáveis devido ao seu incomparável poder destrutivo, mas mesmo que não sejam utilizadas, “as armas nucleares sempre lançam uma sombra sobre qualquer crise ou conflito”, permitindo-nos alcançar nossos objetivos através da intimidação – o ponto que Ellsberg estava fazendo. O estudo continua autorizando o uso “preventivo” de armas nucleares e oferece conselhos aos planejadores, que não deveriam “nos retratar como plenamente racionais e de cabeça fria”. Ao contrário, a “imagem pública nacional que projetamos” deveria ser “que os EUA podem se tornar irracionais e vingativos se seus interesses nacionais forem atacados e que “alguns desses elementos podem parecer potencialmente ‘fora de controle’”.

A “teoria do louco” de Richard Nixon, mas desta vez partindo não dos associados, mas daqueles que projetaram a estratégia nuclear.

Há dois meses, o Tratado das Nações Unidas sobre a Proibição de Armas Nucleares entrou em vigor. As potências nucleares se recusaram a assinar, e continuam renegando sua responsabilidade sob a Não-Proliferação de Armas Nucleares para tomar “medidas eficazes” para eliminar as armas nucleares. Essa posição não é gravada em pedra, e o ativismo popular poderia trazer um progresso significativo nessa direção, o que é necessário para a sobrevivência.

Infelizmente, esse nível de civilização ainda parece estar fora do alcance dos estados mais poderosos, que estão correndo na direção oposta, atualizando e melhorando os meios para acabar com a vida humana organizada na Terra. Há apenas alguns dias, o primeiro-ministro britânico Boris Johnson “anunciou um aumento de 40% no arsenal britânico de ogivas nucleares”. Sua análise... reconheceu o ‘ambiente de segurança em evolução’, e identificou a Rússia como a ‘ameaça mais grave’ para a Grã-

Bretanha”.

Ainda há muito trabalho a ser feito.